

ÍNDICE**CAPÍTULO 1
DO INQUÉRITO POLICIAL**

1. Razão de ser do inquérito	25
2. Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil	26
3. Fixação das atribuições da Polícia Civil	26
4. Finalidade do inquérito policial	27
5. Caracteres do inquérito policial	27
6. Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	28
7. Prazo para a conclusão do inquérito	33
8. Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	34
9. É indispensável o inquérito?	34
10. Qualificação direta ou indireta do indiciado	35
11. O relatório	35
12. A condução coercitiva do indiciado	35
13. Como se inicia o inquérito policial?	36
14. Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	37
15. Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	40
16. Modelo de portaria. Observações	41
17. Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	44
18. Modelo de requisição do Juiz. Observações	44
19. Modelo de requerimento da vítima. Observações	46
20. Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	52
21. Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	54
22. Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	56

**CAPÍTULO 2
DA PRISÃO EM FLAGRANTE**

1. O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	65
---	----

2. Sentido da expressão “flagrante delito”	69
3. Fundamento atual	69
4. Fundamento anterior	72
5. As modalidades de flagrante	74
6. Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	76
7. A prisão em flagrante como ato administrativo.....	78
8. A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada.....	78
9. Como se lavra um auto de prisão em flagrante	78
10. Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto.....	80
11. Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante.....	84
12. O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante .	85
13. O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais	86
14. Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	86
15. Observações sobre a prisão em flagrante.....	87
16. Flagrante preparado e flagrante esperado.....	93
17. Modelo de pedido de liberdade provisória.....	98

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Etimologia. Noções.....	99
2. Conceito	102
3. A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	102
4. Característicos	104
5. Princípios	106
6. Divisão da jurisdição.....	109
7. Competência.....	112
8. Delimitação do poder de julgar.....	113
9. Onde a causa penal deve ser julgada?	115
10. Prerrogativa de função	120
10.1. Supremo Tribunal Federal.....	122
10.2. Superior Tribunal de Justiça	124
10.3. Superior Tribunal Militar	126
10.4. Tribunal Superior Eleitoral.....	127

10.5. Tribunais Regionais Eleitorais.....	127
10.6. Tribunais Regionais Federais	129
10.7. Tribunais de Justiça.....	132
10.8. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça	139
10.9. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades	140
10.10. Competência originária mesmo cessada a função.....	141
10.11. Problemas especiais	151
11. Conexão e continência.....	153

CAPÍTULO 4 DA AÇÃO PENAL

1. Direito de ação.....	163
2. O processo.....	164
3. O processo, forma civilizada para a composição dos litígios ...	166
4. Ação penal: conceito	167
5. Classificação subjetiva da ação penal.....	167
6. Da ação penal pública incondicionada	168
7. Ação penal pública incondicionada: princípios	169
8. Da ação penal pública condicionada	173
9. Crimes contra a honra cometidos contra funcionário públi- co em razão da função	189
10. Requisição do Ministro da Justiça.....	192
11. Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa...	195
12. As condições da ação: genéricas e específicas	197
13. Rejeição da denúncia ou queixa.....	202
14. Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	205
15. Pode o Promotor desistir da ação penal?.....	206
16. Como se instaura o processo.....	207
17. Quando o representante do Ministério Público recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?.....	207
18. Que deve conter a denúncia?	207
19. Modelo de denúncia	210
20. Observações práticas sobre a atividade do representante do Ministério Público ao receber os autos do inquérito.....	211
21. Prazos para a denúncia	212

22. O despacho do Juiz recebendo a denúncia	213
23. Outras observações	216
24. Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	218
25. Observações	219
26. Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	219
27. Pedido de arquivamento: modelo	220
28. Observações	220
29. Arguição de incompetência: modelo	225
30. Conflito de competência.....	226
31. Conflito de atribuições	233

CAPÍTULO 5 DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1. Observações sobre a queixa	236
2. A decadência do direito de queixa.....	238
3. Procedimento do Juiz ao receber a queixa	241
4. A queixa nos crimes contra a honra. A preempção	244
5. O perdão	244
6. Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	245
7. As custas do processo.....	246
8. Modelo de queixa	247
9. Modelo de procuração	248

CAPÍTULO 6 DA RESPOSTA DO RÉU

1. É a resposta do réu obrigatória ou facultativa?.....	250
2. Exemplo de resposta do réu	251
3. Observações sobre a resposta do réu.....	252

CAPÍTULO 7 DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1. O assistente de acusação	256
2. Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente?	256

3. A função do assistente	257
4. Ouvida do Ministério Público	258
5. Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	258
6. Atividade do assistente	259
7. Em que hipóteses pode recorrer?.....	259
8. Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	262
9. Pode o Poder Público intervir como assistente?.....	263
10. A intimação da sentença	264
11. Modelos de pedido de habilitação de assistente.....	264
12. Modelo de procuração	265
13. Modelo de mandado de segurança para a hipótese de o Juiz indeferir o pedido de habilitação do assistente.....	266

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1. O fato típico	269
2. A antijuridicidade	270
3. A culpabilidade	271
4. A imputabilidade	272
5. A importância do exame de sanidade	272
6. Critérios para aferir a inimputabilidade	273
7. Os menores de 18 anos	274
8. Os doentes mentais	274
9. A embriaguez	275
10. A fusão dos elementos etiológico e psicológico	277
11. Como se comprova a inimputabilidade?.....	277
12. Oportunidade para o exame de insanidade mental	279
13. Legitimidade	280
14. Procedimento	280
15. Formulação dos quesitos.....	282
16. A doença mental antes e depois da prática da infração.....	284
17. Fica o Juiz vinculado à perícia?	285

CAPÍTULO 9

DA PROVA

1. Considerações sobre a prova.....	286
-------------------------------------	-----

2. Do interrogatório	299
3. Ofendido e testemunhas.....	307
4. Reconhecimento, acareação e documentos	322
5. Da busca e apreensão	327

CAPÍTULO 10

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento.....	336
2. Processo e procedimento.....	336
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	338
4. Formas procedimentais.....	342
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função.	342
6. Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função: comum e especial	353
7. Procedimento comum ordinário.....	354
8. Procedimento comum sumário	356
9. Suspensão condicional do processo	359
10. Procedimento das infrações cuja pena máxima não ultrapasse dois anos. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação ..	362
11. O procedimento sumariíssimo	373
12. Procedimento sumário para as infrações de menor potencial ofensivo que não puderem ser julgadas no Juizado nem se su- bordinarem ao procedimento sumariíssimo	376
13. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Pe- nal e em leis extravagantes.....	376
14. Crimes da competência do Júri. Procedimento	381
15. O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i>	395
16. Antecedentes.....	396
17. A instituição do Júri no Brasil.....	397
18. Traço marcante do Júri brasileiro e demais caracteres	399
19. Organização e funcionamento do Júri	405
20. Questionário	419
21. Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassifica- ção	436
22. Modelo de sentença absolutória. Observação	437
23. Modelo de sentença condenatória. Observação.....	438
24. Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observações...	440

CAPÍTULO 11
OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS
PREVISTOS NO CPP

1. Crimes de responsabilidade de funcionário público. Procedimento	443
2. Crimes contra a honra. Procedimento.....	447
3. Crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento	452

CAPÍTULO 12
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM
OUTRAS LEIS

1. Crimes falimentares.....	458
2. Formalidades previstas na Lei n. 11.101/2005	459
3. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	462
4. Outras formalidades previstas na Lei de Falências. Procedimento	464
5. Crimes de imprensa.....	467
6. Crimes eleitorais. Procedimento	468
7. Entorpecentes. Procedimento	471
8. Crimes contra a fauna e a flora (Lei n. 9.605/98)	475
9. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores ..	476
10. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93.....	477
11. Crimes de abuso de autoridade. Procedimento	478
12. Crimes contra a economia popular. Procedimento	480
13. Crimes da Lei das Licitações. Procedimento	482

CAPÍTULO 13
PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares	485
2. O procedimento especial	487

3. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	487
4. O procedimento das contravenções eleitorais.....	488
5. O procedimento dos processos por crimes cometidos por prefeitos municipais. Observação	490

CAPÍTULO 14 DAS ALEGAÇÕES

1. Alegações finais: exemplo	494
2. Observações sobre as alegações finais, orais, ou debates, nos procedimentos ordinário, sumário e sumariíssimo.....	496

CAPÍTULO 15 DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1. Da prisão provisória.....	499
2. Quando é necessária a prisão processual?	501
3. A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível.....	504
4. Da prisão preventiva.....	505
5. Da prisão temporária.....	511
6. Anotações sobre o flagrante.....	515
7. Da liberdade provisória	517
8. Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade	518
9. Limites da fiança.....	525
10. Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança	527
11. Extinção	527
12. Fiança sem efeito e fiança inidônea	528
13. Reforço	529
14. Fiança sem objeto	529
15. Condenação	529
16. Execução	530

CAPÍTULO 16 DA SENTENÇA

1. Sentença absolutória: exemplo.....	531
---------------------------------------	-----

2. Sentença condenatória: exemplo.....	532
3. Observações sobre a sentença.....	534

CAPÍTULO 17 DO LIBELO

1. Noções sobre o libelo.....	553
2. Exemplo de libelo.....	553
3. Contrariedade do libelo. Observações.....	555

CAPÍTULO 18 DAS NULIDADES

1. Noções preliminares.....	557
2. Ato inexistente.....	557
3. Atos nulos e irregulares.....	558
4. A nulidade.....	559
5. Atos essenciais.....	559
6. Formalidades essenciais.....	561
7. A classificação dos atos e das formalidades.....	561
8. Incompetência, suspeição e suborno do Juiz.....	562
9. Ilegitimidade de parte.....	563
10. Relação dos atos estruturais.....	563
11. Nulidades absolutas e relativas no CPP.....	568
12. Momento para a arguição da nulidade.....	570
13. Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?.....	570
14. Quem pode arguir a nulidade?.....	571
15. Modos de sanabilidade.....	571
16. Pode haver nulidade em inquérito?.....	571

CAPÍTULO 19 DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades.....	574
2. Fundamento.....	576
3. Pressupostos lógico e fundamental.....	577
4. Classificação da sucumbência.....	578
5. Pressupostos recursais objetivos.....	583

6. Pressupostos recursais subjetivos	591
7. Juízo de admissibilidade, ou prelibação	592
8. Extinção anormal dos recursos	593
9. Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	594
10. Recursos voluntários e necessários	595
11. Efeitos dos recursos	598
12. Unirrecorribilidade	601

CAPÍTULO 20

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. Exemplo de interposição	602
2. Exemplo de razões. Observação	603
3. Considerações	605
4. O recurso em sentido estrito	607
5. É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	608
6. Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	609
7. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	609
8. Prazo para razões e contrarrazões	610
9. Pode o Juiz retratar-se?	611
10. E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	612
11. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	613
12. Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Tribunal Regional Eleitoral?	614
13. É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?	614
14. As decisões que comportam recurso em sentido estrito	615
15. Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	623
16. Efeitos	623
17. Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	625

CAPÍTULO 21

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1. Exemplo de interposição de recurso de apelo	626
--	-----

2. Exemplo de razões. Observação	627
3. Exemplo de contrarrazões	629
4. Noções	637
5. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?.....	638
6. Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	640
7. Como se interpõe a apelação?	640
8. O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem	640
9. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contrarrazões.....	643
10. Quando da interposição de recurso nas razões ou contrarrazões podem ser juntados documentos?	644
11. Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?.....	644
12. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	646
13. Apelação plena e limitada.....	647
14. Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	648
15. Pressupostos próprios do recurso de apelo	649
16. Extinção anormal da apelação.....	657
17. Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	661
18. A apelação sobe nos próprios autos?	664
19. O § 4º do art. 593.....	664
20. A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	665
21. Apelação sumária e apelação ordinária	665
22. Efeitos do recurso de apelação	666
23. Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	666
24. A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	666

CAPÍTULO 22

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Modelo de interposição	675
2. Noções	675
3. É exclusivo da Defesa?	676
4. Quando cabe.....	676
5. Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?.....	676
6. Razão histórica do protesto.....	677
7. Abolição do protesto	678

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação.	682
2. Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	684
3. Considerações preliminares.....	684
4. Os embargos infringentes e de nulidade	686
5. Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento.....	687
6. São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	688
7. A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	690
8. Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	690
9. Os embargos no STF	690
10. Os embargos no STJ	692
11. Embargos de divergência	692

CAPÍTULO 24

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Modelo	696
2. Generalidades	697
3. Quando podem ser opostos	698
4. A quem são dirigidos.....	698
5. Procedimento	699
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?.....	699
7. Quem pode interpor os embargos?.....	700
8. Quem os julga?	700
9. Os embargos na inferior instância.....	700
10. Retratabilidade	700
11. Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	701
12. Extensão dos embargos declaratórios	701

CAPÍTULO 25

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observação	704
---	-----

2. Exemplo de razões.....	705
3. Exemplo de contrarrazões.....	707
4. Observações sobre a carta testemunhável.....	708
5. Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?.....	710
6. O prazo para ser requerida a carta testemunhável.....	711
7. A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante.....	711
8. Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?.....	712
9. Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?.....	712
10. Razões históricas da carta testemunhável.....	713
11. Como se conta o prazo.....	714

CAPÍTULO 26 DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Modelo.....	715
2. Exemplo de razões.....	716
3. Exemplo de contrarrazões.....	717
4. Generalidades.....	717
5. Cabimento.....	718
6. Admite-se a correção no processo civil?.....	719
7. Origem.....	719
8. Surgimento da correção no Estado de São Paulo.....	720
9. É inconstitucional?.....	720
10. É recurso?.....	721
11. Procedimento.....	722

CAPÍTULO 27 DO “HABEAS CORPUS”

1. Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito.....	726
2. Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	727
3. Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?.....	729
4. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	731
4-A. Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo.....	731
5. Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa?.....	734

6. Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	735
7. Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	736
8. A competência originária	736
9. A competência recursal	745
10. Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	746
11. Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	747
12. Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	747
13. Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário constitucional, que providência poderá ser tomada?	748
14. Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	749
15. As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	749
16. Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Justiça.	750
17. Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	763
18. A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	763
19. Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	763
20. Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	765
21. Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	765
22. Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	766
23. E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	767
24. Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	767
25. E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada?	769
26. Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	769
27. O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	770
28. Finalidade do <i>habeas corpus</i>	774
29. Apresentação do paciente	774
30. Sanções	775
31. Pedido de informações	775
32. Intervenção do Ministério Público	775
33. Como pode ser impetrada a ordem?	776
34. Concessão	777
35. Não cabimento	777

36. O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	778
37. Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?.....	779
38. Liminar em <i>habeas corpus</i>	780

CAPÍTULO 28

DO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Exemplo de interposição	783
2. Exemplo das razões	783
3. Os três tipos de recurso ordinário constitucional	786
4. O recurso criminal ordinário constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta.....	786
5. O recurso ordinário constitucional.....	789
6. Procedimento	790

CAPÍTULO 29

DA REVISÃO CRIMINAL

1. Exemplo de propositura de revisão criminal.....	792
2. Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	794
3. Generalidades	794
4. O erro judiciário e a coisa julgada.....	796
5. A revisão <i>pro societate</i>	798
6. A revisão criminal no Brasil	799
7. A natureza jurídica	801
8. Pressuposto primordial da revisão.....	803
9. Oportunidade	803
10. Legitimidade	804
11. Pode o Ministério Público requerer a revisão?	806
12. A revisão e a decisão do Júri	806
13. Competência	809
14. Os fundamentos do pedido	810
15. Extinção da punibilidade	812
16. Unificação de penas	813
17. Revisão para aumentar a pena	814
18. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	814
19. Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	815
20. Conversão em diligência	815

21. As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	816
22. Absolvição e revisão	816
23. Prazo	817
24. O pedido	817
25. Procedimento	818
26. Julgamento	819
27. Improcedência	820
28. Procedência	821
29. Consequências	821
30. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	822
31. Reiteração	825
32. Sentença estrangeira	825
33. A Justiça Eleitoral	826
34. Morte do condenado	826
35. A indenização	827

CAPÍTULO 30

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais	829
2. Recurso extraordinário: conceito	829
3. A denominação “extraordinário”	831
4. Outras funções do STF	832
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?	833
6. Legitimidade	834
7. Procedimento	835
8. Denegação. Recurso oponível	839
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	840
10. Problemas especiais. O prequestionamento	841
11. Recurso extraordinário e recurso especial	843
12. Modelo	847
13. Súmulas do STF em matéria criminal	851

CAPÍTULO 31

DO RECURSO ESPECIAL

1. O recurso especial	862
2. Quando cabe	862
3. Finalidade	869
4. Procedimento	870

5. Denegação.....	872
6. Outras funções do STJ.....	873
7. Súmulas do STJ em matéria criminal.....	873
8. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal.....	880
9. Modelos.....	881

CAPÍTULO 32 DOS AGRAVOS

1. Os agravos no processo penal.....	900
2. Histórico.....	900
3. O agravo de instrumento no processo penal.....	901
4. Modelos de agravo de instrumento.....	905
5. O agravo em execução.....	917
6. Modelo de agravo em execução.....	918
7. O agravo regimental.....	922
8. Modelo de agravo regimental.....	923
9. O recurso inominado.....	924
10. Reclamação.....	924
<i>Bibliografia</i>	927